

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 792 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 11 DE JANEIRO DE 1999



Congresso retoma na quarta-feira votação de MPs, desta vez sobre temas como a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

AS MPs QUE ESTÃO EM PAUTA

MP 1788

– modifica a legislação do Imposto de Renda, no que se refere à tributação de fundos de investimento imobiliário, de microempresas e de rendimentos obtidos no exterior.

MP 1790

– prevê nova metodologia de cálculo para a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e altera a data de sua divulgação.

MP 1791

– cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

MP 1793

– institui a taxa processual sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Congresso vota quatro medidas provisórias

Mudanças nas regras do Imposto de Renda e no cálculo da Taxa de Juros de Longo Prazo estão entre os temas a serem apreciados pelos parlamentares

Cafeteira, Júnia e Dutra discutem dívida no plenário

PÁGINA 5



A senadora Emília Fernandes cobra do governo firmeza na apuração do assassinato da deputada federal Ceci Cunha. Ela defende o afastamento dos deputados alagoanos Augusto Farias e Talvane Albuquerque.

PÁGINA 2

Jefferson quer parcela extra para todos os desempregados

O senador Jefferson Péres classificou de inconstitucional a decisão do governo de restringir a concessão da parcela extra do seguro-desemprego a dez regiões metropolitanas. “Por que um brasileiro de Recife tem esse direito e um de João Pessoa, São Luís ou Manaus está excluído do benefício?”, indagou.

PÁGINA 7

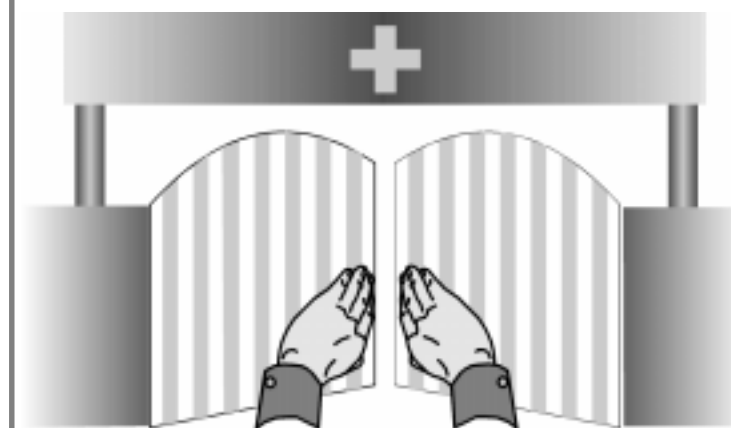
Novas regras para a cobrança do Imposto de Renda (IR) sobre fundos de investimento imobiliário, microempresas e rendimentos obtidos no exterior serão apreciadas na quarta-feira pelo Congresso Nacional. As alterações na legislação so-

bre o IR estão contidas em uma das quatro medidas provisórias com votação prevista para esta semana. Outra MP em pauta modifica a metodologia de cálculo da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e as datas para sua divulgação. Também

será apreciada MP que cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, baseada em modelo já adotado pelos Estados Unidos. A última MP institui a taxa processual para os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

PÁGINA 3

Senado examina extinção de manicômios em regime de urgência nesta semana



O projeto que extingue progressivamente os manicômios e define novas diretrizes para o tratamento de doenças mentais é uma das propostas na pauta do Senado desta semana. A matéria deverá ser votada em regime de urgência.

PÁGINA 3



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 11 DE JANEIRO DE 1999

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO PARA A SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (12.01.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Para proferimento de parecer sobre as emendas oferecidas em turno suplementar ao substitutivo ao *PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória; e *PDL nº 13/98, que aprova o texto do protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Países-Membros do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 1996.

Quarta-feira (13.01.99)

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Votação, em turno suplementar, do substitutivo ao *PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória; e *PDL nº 14/98, que aprova o texto do protocolo de Integração Cultural do Mercosul.

CONGRESSO

Quarta-feira (13.01.99)

▶ 14h30 - Sessão conjunta do Congresso Nacional

Pauta: *MP nº 1.788, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda, relativamente à tributação dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos rendimentos auferidos em aplicação ou operação financeira de renda fixa ou variável, ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte — Simples, entre outras medidas; *MP nº 1.790, que modifica a lei sobre a taxa de juros de longo prazo (TJLP) e dispõe sobre a remuneração dos recursos do PIS-Pasep, o FAP e o Fundo de Marinha Mercante; *MP nº 1.791, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária; e *MP nº 1.793, que institui a Taxa Processual sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Local: Plenário da Câmara dos Deputados

Quinta-feira (14.01.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão do segundo turno da *PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Sexta-feira (15.01.99)

▶ 9h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão do segundo turno *PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

COMISSÕES

Terça-feira (12.01.99)

▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 256/98, que submete à apreciação do Senado Federal o nome da senhora Vera Pedrosa Martins de Almeida, Ministra de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Equador; e *Mensagem nº 14/99, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Affonso Emílio de Alencastro Massot, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Holanda.

Local: Ala Senador Alexandre Costa — Sala 07

Quarta-feira (13.01.99)

▶ 10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 30/99, que encaminha ao Senado a programação monetária para o 1º trimestre de 1999; *Mensagem nº 29/98, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de dezoito bilhões de ienes, entre o Brasil e o The Export-Import Bank of Japan, destinada ao financiamento parcial do "Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Setor de Ciência e Tecnologia"; *Ofício "S" nº 89/98, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central a respeito da solicitação do governo do estado de Goiás, acerca da operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária; e *Ofício "S" nº 04/99, que encaminha ao Senado parecer do Banco Central acerca da operação de crédito baseada no Contrato de Assunção de Dívida e outros pactos, firmados entre o Banerj e o estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$3.879.682.828,00, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Local: Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

Emília pede atitude enérgica contra assassinos de deputada

Senadora anuncia que a bancada feminina no Congresso está em vigília permanente, exigindo apuração e punição dos culpados

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) pediu na sexta-feira uma atitude enérgica do governo federal na apuração dos responsáveis pelo assassinato da deputada federal Ceci Cunha (PSDB-AL) e de três membros de sua família. Ela lembrou a natureza afável do povo de Alagoas, frisando que o estado não pode ser considerado "um pedaço de terra onde a vida não vale nada".

Emília Fernandes manifestou sua confiança no compromisso do governador Ronaldo Lessa contra a violência, acrescentando que a luta contra o crime organizado e o combate aos matadores de aluguel necessitam de reação e devem envolver a comunidade e as instituições representativas.

— A sociedade brasileira exige uma resposta dos Poderes constituídos no sentido de que seja esclarecido o envolvimento inclusive de parlamentares, e que sejam punidos com o rigor que merecem.

A senadora defendeu uma profunda análise da postura ética dos deputados Augusto Farias e Talvane Albuquerque, ambos do PFL de Alagoas, mencionando a gravação da conversa de Talvane com um pistoleiro e o fato de Farias, que possuía a fita, não tê-la tornada pública antes do assas-



Emília, que era amiga pessoal da deputada assassinada, fez um apelo ao ministro da Justiça

sinato de Ceci. Os deputados, segundo ela, "têm que ser afastados urgentemente, não podem assumir um novo mandato".

Emília Fernandes fez um apelo ao ministro da Justiça, Renan Calheiros, pedindo seu empenho para que seja feita justiça com a maior rapidez possível. Revelou que era amiga pessoal da deputada e afirmou que esse assassinato soma-se a uma série de crimes que ocorreram em Alagoas, estado que registra, desde 1993, nove assassinatos de políticos, a maioria sem esclarecimento até hoje.

Para evitar que a morte de Ceci e de seus familiares seja um crime sem punição, a bancada feminina no Congresso já decidiu manter-se em vigília permanente, atenta ao desenrolar dos acontecimentos e exigindo a apuração e a punição dos culpados, afirmou Emília.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que ficou chocado ao ouvir a gravação da conversa entre o deputado Talvane e o pistoleiro conhecido por "Chapéu de Couro", "pelo tom de grande urbanidade". Considerou mais estranho ainda que, ao comentar essa cordialidade, o deputado tenha dito que "isso é inerente aos políticos".

O senador criticou Augusto Farias pelo fato de só ter revelado a existência da fita depois que a deputada foi assassinada. "É possível que, se o irmão de PC tivesse tornada pública antes a conversa entre o parlamentar e o pistoleiro, o crime tivesse sido evitado" — lamentou.

Já o senador Lauro Campos (PT-DF) solidarizou-se com Emília e observou que "Alagoas tem sido o território em que acontecem fatos insólitos que mostram a atualidade da barbárie e o crescimento desafiado do crime organizado".

Plenário manifesta pesar pelo falecimento do ex-senador Pedro Teixeira

O plenário do Senado aprovou a inserção, em ata, de voto de profundo pesar pela morte do ex-senador Pedro Teixeira e o envio de condolências à família, ao governo e à Câmara Legislativa do Distrito Federal. A decisão resultou de requerimento apresentado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). Ao lastimar o falecimento do ex-senador, Lobão registrou que



Pedro Teixeira ocupou cadeira no Senado como representante do Distrito Federal

Pedro Teixeira, pioneiro da construção de Brasília, exerceu seu mandato no Senado como suplente de Maurício Corrêa, que, no governo Itamar Franco, assumiu o cargo de ministro da Justiça.

Os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Gilvam Borges (PMDB-AP) também registraram seu pesar pela morte de Pedro Teixeira.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso retoma votações de MPs na quarta

Uma das medidas cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nos moldes da Food and Drug Administration dos Estados Unidos, com independência para melhorar e ampliar a fiscalização em todo o Brasil

O Congresso Nacional se reúne na quarta-feira, às 14h30, sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães, para votar quatro medidas provisórias editadas nos dias 29 e 30 de dezembro passado.

Uma delas (nº 1.788) altera a legislação do Imposto de Renda, relativamente à tributação dos fundos de investimento imobiliário e dos rendimentos auferidos em aplicação ou operação financeira de renda fixa ou variável e ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).

A mesma MP altera a legislação no tocante à incidência sobre rendimentos de beneficiários no exterior, à dedutibilidade dos juros correspondentes a empréstimos e financiamentos obtidos fora do Brasil, assim como a legislação do IPI,

relativamente ao aproveitamento de créditos e à equiparação de atacadista a estabelecimento industrial. Também interfere no Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários (IOF), referente às operações de mútuo e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no tocante às despesas financeiras.

MUDANÇA NA TJLP

A MP nº 1.790 modifica a lei que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante. Essa MP altera as datas de divulgação da TJLP e tem por finalidade adequar a metodologia de cálculo dessa taxa, de forma a atenuar os efeitos negativos de uma conjuntura internacional claramente atípica que,

conforme o governo, redundou em expressiva elevação dessa taxa a partir do último dia 1º de dezembro.

O Congresso vai deliberar ainda sobre a MP nº 1.791, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em moldes semelhantes aos já existentes em outros países, em particular nos Estados Unidos, onde a atividade da Food and Drug Administration (FDA) é altamente reconhecida pela sociedade. A agência brasileira ganha natureza de autarquia sob regime especial e caracteriza-se pela in-



ACM presidirá sessão para exame das MPs, que tratam do Imposto de Renda, de juros e da criação de uma taxa para os processos do Cade

dependência administrativa.

Outra MP que aguarda o exame dos senadores e deputados é a 1.793, que institui a Taxa Processual sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica

(Cade). Para justificar essa iniciativa, o governo alega que a crescente importância do Cade impõe uma alteração no seu modelo organizacional e uma estruturação sistemática de sua gestão e desenvolvimento institucional.



CAE discutirá projetos autorizando operações de saneamento dos bancos estaduais de Goiás e do Ceará

CAE discute oito itens na primeira reunião do ano

A primeira reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no atual período de convocação extraordinária será realizada quarta-feira, às 10h30, com uma pauta de oito itens.

Entre os assuntos que serão debatidos, está o parecer do Banco Central acerca da concessão de empréstimo da União ao estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 12,9 bilhões, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. O senador Pedro Piva (PSDB-SP) é o presidente da comissão.

A pauta da CAE prevê, ainda, discussão sobre as operações financeiras realizadas pela União destinadas ao saneamento dos bancos dos estados de Goiás, no valor de

R\$ 418,8 milhões, e do Ceará, no valor de R\$ 954,2 milhões. Ambas as operações fazem parte do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes). Essas matérias serão relatadas pelos senadores João Rocha (PFL-TO) e Jefferson Péres (PSDB-AM).

A comissão também apreciará mensagens presidenciais que pedem autorização para a realização de empréstimos externos destinados ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial, do Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Setor de Ciência e Tecnologia e, ainda, do Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência.

O plenário do Senado deve votar, em sessão na quarta-feira, o projeto que extingue progressivamente os manicômios e define novas diretrizes para o tratamento de doenças mentais, criando opções de tratamento ambulatorial e exigindo que hospitais psiquiátricos promovam a integração do doente à sociedade e à família.

Antes disso, amanhã, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresenta relatório sobre as emendas de plenário. O projeto tramita em regime de urgência, em virtude de requerimento aprovado na última quinta-feira.

Fazem parte ainda das votações desta semana a análise de três acordos internacionais. O primeiro, a ser votado amanhã, prevê a integração entre os países do Mercosul na área de pós-graduação. O objetivo do documento, firmado entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, é criar um sistema de intercâmbio entre suas instituições de pós-graduação para a formação de recursos humanos.

Na quarta-feira, entra em pauta o tratado de integração cultural, para a cooperação entre os países-membros do bloco do Cone Sul, visando à difusão de suas expressões culturais e artísticas. Para isso, o documento sugere que os gover-

nos facilitem a criação de espaços culturais e a realização de eventos, prioritariamente em co-produção, que expressem as tradições históricas, os valores comuns e as diversidades dos países-membros do Mercosul.

CPMF NA SEXTA

Por último, na quinta-feira, os senadores votam a Convenção do Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado para a restituição aos países de origem dos bens culturais furtados ou ilícitamente exportados.

O acordo internacional protege, entre outros bens, coleções e es-

pécimes raros de zoologia, botânica, mineralogia e paleontologia, além de objetos históricos e produto de escavações arqueológicas.

A última sessão deliberativa da semana, na sexta, será marcada pelo início do segundo turno de discussão da proposta de emenda constitucional (PEC), de autoria do senador licenciado Elcio Alves (PFL-ES), que prorroga a vigência da CPMF por 36 meses e aumenta a alíquota dos atuais 0,20% para 0,38% nos primeiros 12 meses de sua nova vigência. Nos 24 meses seguintes, a alíquota cairá para 0,30%.

Extinção dos manicômios vai a votação em regime de urgência

CRE analisa indicação de três embaixadores

Está marcada para amanhã, às 17h30, a primeira reunião ordinária do ano da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A convocação foi feita na sexta-feira passada pelo presidente interino da comissão, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

A comissão se reunirá para



Romeu Tuma

apreciar a indicação dos diplomatas Vera Pedrosa Martins de Almeida para exercer o cargo de embaixadora do Brasil no Equador e de Affonso Emílio de Alencastro Massot para a embaixada do Brasil na Holanda. Os pareceres serão apreciados em reunião secreta da comissão.

Geraldo Cândido sugere mudança na economia

Novo representante do Rio de Janeiro tomou posse na sexta-feira e afirmou, no seu primeiro discurso em plenário, que “o que é bom para os trabalhadores é bom para o Brasil”

O novo senador pelo Rio de Janeiro, Geraldo Cândido (PT), defendeu mudanças na política econômica do governo, ao discursar na sessão plenária de sexta-feira. “É preciso inverter a política de privilegiar a especulação financeira e os especuladores em detrimento da produção e dos produtores”, afirmou.

Para Cândido, muitos não dizem, mas acreditam que, “sendo bom para o capital financeiro, é bom para o Brasil”, parafraseando a velha máxima sobre Estados Unidos e Brasil.

– Mas eu digo que o que é bom para os trabalhadores é



Senador Geraldo Cândido declarou seu orgulho de ser operário

bom para o Brasil, e somente essa diretriz será capaz de nos

fazer sair da situação atual – salientou.

Geraldo Cândido reconheceu que, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a inflação caiu de mais de 80% ao mês para menos de 2% ao ano.

– Mas a que preço! Os números demonstram que a economia foi desestabilizada e fragilizada, ao contrário das alegações oficiais de estabilidade. Os indicadores econômicos, desde o PIB até a dívida interna e externa, passando pela balança comercial e o balanço de pagamentos, demonstram isso claramente – observou.

Foram esses números que terminaram por obrigar o governo a se submeter a um acordo tão draconiano como jamais se viu na história do país, garantiu.

– A chamada ajuda do FMI não resolverá nossos reais problemas. Na verdade, vai é agravá-los, pois sua lógica é a submissão cada vez maior à especulação financeira – disse.

OPERÁRIO

O novo senador pelo Rio de Janeiro, que tomou posse na sexta-feira, em plenário, fez questão de enfatizar que sua história de vida não é a de um político profissional.

Lauro acusa FHC de criar o anti-Estado nacional

Em discurso feito na sexta-feira, o senador Lauro Campos (PT-DF) acusou o presidente Fernando Henrique Cardoso de ter gerado o “anti-Estado nacional, com sua política neoliberal”. O parlamentar lembrou que, em diversos pronunciamentos nos últimos quatro anos, vem alertando a nação para o “desastre”, de que hoje seria exemplo a moratória decretada pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco.

No entender do senador, o presidente da República teria sido “premonitório” ao prever a geração do anti-Estado nacional, “em seus escritos do tempo de academia, que ele pediu para esquecer”. Lauro Campos falou sobre o agravamento da crise econômica e social do país, que, em sua opinião,

“transformou a festa da reeleição em verdadeiro velório”, e criticou a imagem que Fernando Henrique Cardoso procura transmitir à sociedade: “Se fosse 20% do que ele pensa que é, já seria um gênio”.

O senador enfatizou que o caminho neoliberal trilhado pelo país “só podia nos conduzir a este desastre”. Em sua avaliação, nem a aliança dos capitalistas estrangeiros com os empresários nacionais salvou as empresas nacionais da falência. Isso, acrescentou, “por culpa de FHC e sua taxa de juros”. O senador lamentou, ainda, a submissão do país ao Fundo Monetário Internacional (FMI) “por míseros US\$ 41 bilhões, quando apenas para salvar o Banespa o governo federal gastou R\$ 30 bilhões”.



Lauro Campos considera a moratória de Minas Gerais um exemplo do “desastre” a que o governo levou o país

– Sou, e digo com orgulho, um operário, um membro da classe trabalhadora, que produz a riqueza da sociedade. Fui e continuo sendo um lutador dessa classe. Como senador, sei que não represento apenas um segmento, mas todos os habitantes do estado. Não há, porém, contradição em continuar a defender os trabalhadores, porque eles representam a maioria da população – afirmou.



CARTAS

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, fax e e-mails enviados pelos leitores.

endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: jornal@senado.gov.br

fax: (061) 311 3137

GILMAR A. FERNANDES — FRANCISCO MORATO (SP)

“Através do *Jornal do Senado*, peço que os parlamentares reflitam sobre a falta de segurança dos passageiros de ônibus, cujos bancos são escorregadios e sem cinto de segurança. Em caso de freada brusca, o passageiro pode machucar-se gravemente, chutando-se contra a parte traseira do banco da frente, que não tem proteção de espuma.”

WYLLHER PHELTYER SILVA — UBATÁ (BA)

“Cumprimento a equipe do *Jornal do Senado* pelo excelente nível editorial e agradeço a remessa do veículo, que considero fundamental para o acompanhamento das atividades desta instituição.

Lendo o *Jornal do Senado*, fico a par dos acontecimentos políticos e certifico-me de que os senadores nos quais votei estão realmente trabalhando pelo bem do país.”

LUIZ GERALDO PETRECHE — SÃO PAULO (SP)

“O Sindicato Nacional dos Pecuaristas de Gado de Corte de São Paulo e a Associação Nacional dos Confinadores recebem, com assiduidade, esse excelente informativo do Senado, tão útil para conhecermos e divulgarmos, através de nosso boletim informativo, os trabalhos e ações dos dignos senadores.

Nesta oportunidade, enviamos aos senadores e à equipe do *Jornal do Senado* nossos votos de Feliz Natal e próspero 1999.”

DANILSON C. SILVEIRA — MATO VERDE (MG)

“Por meio do *Jornal do Senado*, cumprimento aos senadores membros da Comissão de Educação pela aprovação do projeto das rádios comunitárias.”

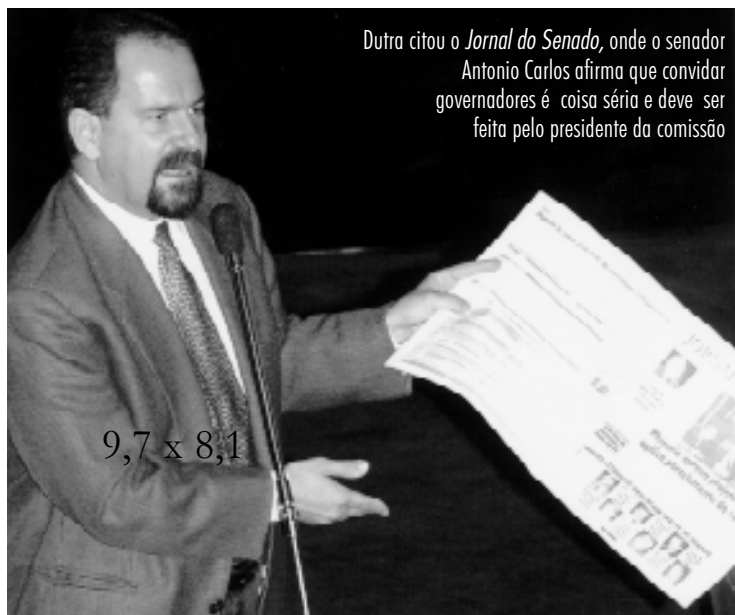


Cândido foi empossado pelo senador Ronaldo Cunha Lima, que presidiu a sessão de sexta-feira

Novo senador ocupa a vaga de Benedita da Silva

Na presidência da sessão de sexta-feira, o primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), empossou Geraldo Cândido da Silva, do PT do Rio de Janeiro, na cadeira de senador. Ele ocupará a vaga aberta pela renúncia da senadora Benedita da Silva, que assumiu o cargo de vice-governadora do estado. Em nome do PT e do Bloco Oposição, o senador José Eduardo Dutra (SE) saudou o novo senador, salientando que, assim como Benedita, ele tem

origem popular e certamente desempenhará seu mandato “com a mesma competência e integridade” demonstradas na atividade sindical. Dutra, que também ingressou na política pela via sindical, disse conhecer Geraldo Cândido da Silva desde 1987. O novo senador, que registrou o nome parlamentar de Geraldo Cândido, deverá cumprir os quatro anos restantes do mandato para o qual Benedita da Silva foi eleita em 1994.



Dutra citou o *Jornal do Senado*, onde o senador Antonio Carlos afirma que convidar governadores é coisa séria e deve ser feita pelo presidente da comissão

Dutra propõe que governadores sejam ouvidos pelo Senado

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) propôs na sexta-feira que o Senado realize uma audiência conjunta com os governadores estaduais na busca de uma solução para a crise das dívidas dos estados, deflagrada com a moratória decretada pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco. Para o parlamentar, essa crise é mais importante para o país que quaisquer dos itens que o Congresso deverá analisar durante a convocação extraordinária – exceto a

CPME, cuja prorrogação e aumento de alíquota já foram votados em primeiro turno no Senado:

– O momento exige que o Senado, a casa da Federação, se insira neste debate – afirmou.

Dutra sugeriu que os governadores sejam convocados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e que a reunião da comissão seja transferida para o plenário. Ele propôs que todos os governadores sejam ouvidos no mesmo dia, em sessão que pode durar da manhã até à noite, se necessário.

O senador citou os jornais da sexta-feira passada, que afirmam em manchete que a vinda do governador Itamar Franco à CAE foi vetada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Lembrou que o convite a Itamar partiu do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e foi apoiado pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM). Segundo Dutra, o convite informal ao governador foi feito pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), após conversa com o presidente da CAE,

senador Pedro Piva (PSDB-SP).

Dutra leu também trecho publicado no *Jornal do Senado*, em que Antonio Carlos afirma que o convite a governadores é coisa muito séria e deve ser feito pelo presidente da comissão. Segundo o senador por Sergipe, a interpretação dos jornais é de que o presidente do Senado não quer que a Casa sirva de palanque para Itamar Franco.

O senador protestou contra o que chamou de “cumplicidade dos órgãos de imprensa na defesa do pensamento único”. Para ele, os grandes veículos de comunicação tentam passar a versão de que tudo o que é contrário às diretrizes do governo federal é contrário aos interesses brasileiros.

Dutra citou novamente os jornais, que consideram a decretação da moratória por Itamar a principal causa da queda das bolsas e dos títulos da dívida externa brasileira em todo o mundo. Mas lembrou que a *Folha de S. Paulo*, na edição da última segunda-feira – anterior, portanto, à declaração de moratória –, já trazia duas razões para essa queda: a crise da Ásia e da Rússia, que deixou os investidores temerosos de perderem mais dinheiro no Brasil, e a alta vertiginosa dos juros internos no Brasil:

– Portanto, a moratória de Minas Gerais, em relação à crise das bolsas e à queda dos títulos brasileiros, foi a gota d’água em um copo que já estava transbordando há muito tempo – afirmou o senador.

Cafeteira critica antigos aliados de Itamar Franco

Senador condena ataques e diz que seu pronunciamento não era uma defesa do ex-presidente, mas apenas a constatação da verdade

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) protestou na sexta-feira contra as críticas que o governador Itamar Franco vem recebendo de antigos aliados, por ter decretado a moratória em Minas Gerais. Ele explicou que seu pronunciamento não era uma defesa do ex-presidente, mas apenas a constatação da verdade:

– De repente, Itamar transformou-se naquela Geni em que todo mundo joga alguma coisa que não presta. Entendo que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, critique, porque se manteve na oposição quando Itamar foi presidente da República. Mas os outros, que se elegeram às custas de Itamar, não têm o direito de fazer isso – disse o senador.

Sobre a ausência na sessão de sexta-feira do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que foi líder do governo Itamar, Cafeteira disse esperar que o senador estivesse presente para defender o ex-presidente:

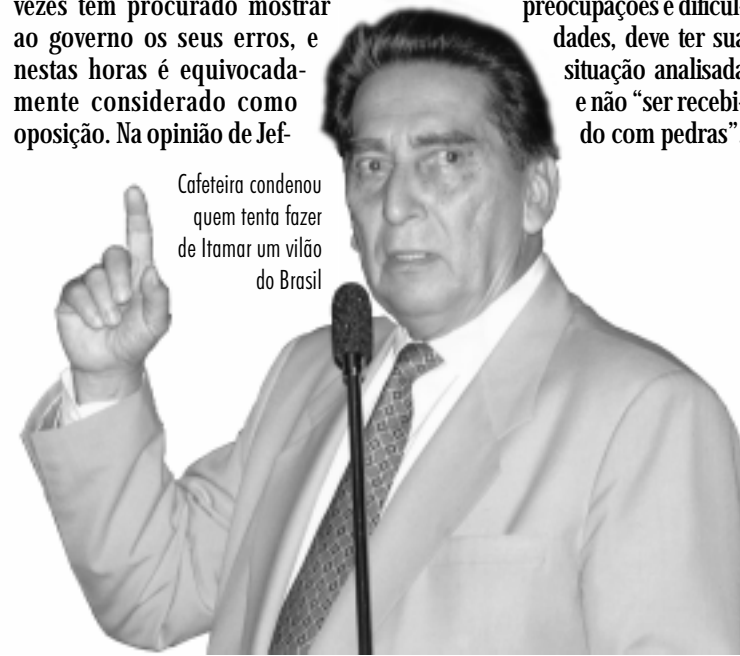
– Apedrejam Itamar porque ele decretou a moratória, pretendendo transformar aquele ex-presidente,

que deixou o comando do país com mais de 80% de popularidade, num vilão do Brasil, das bolsas europeias e da bolsa de Nova York. De certa forma, ele mostrou que tem topete – acrescentou Cafeteira.

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) foi citado por Cafeteira como um político que muitas vezes tem procurado mostrar ao governo os seus erros, e nestas horas é equivocadamente considerado como oposição. Na opinião de Jef-

erson, opositores do governo são os que se calam, se omitem e aplaudem o poder pelo poder.

Ao solidarizar-se com o pronunciamento de Cafeteira, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) destacou que, no momento em que uma autoridade eleita com o apoio popular manifesta-se afirmando suas preocupações e dificuldades, deve ter sua situação analisada e não “ser recebido com pedras”.



Cafeteira condenou quem tenta fazer de Itamar um vilão do Brasil

Júnia quer CAE como fórum de debates sobre o endividamento

A situação econômica do país mudou bastante em relação ao ano passado, quando foram fechados os acordos de rolagem das dívidas estaduais com a União, o que por si só justifica a retomada das discussões sobre o problema, disse na sexta-feira a senadora Júnia Marise (PDT-MG).

“Para tanto, o Senado Federal, mais particularmente a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), deve ser o fórum privilegiado em que governadores e secretários estaduais de Fazenda e Planejamento possam promover um amplo entendimento sobre quais podem ser os novos parâmetros de pagamento das suas respectivas dívidas com a União”, afirmou.

A senadora criticou as tentativas de isolar política e partidariamente o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, pela decisão de decretar moratória de 90 dias do pagamento da dívida mineira. Tal posicionamento, segundo Júnia

Marise, não reflete “o sentimento de Minas Gerais”, estado que responde pelo segundo lugar na geração do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, mas que também quer deixar de ser o segundo colocado no mapa da fome brasileiro:

– É preciso ouvir o que os governadores têm a dizer – insistiu.

Para demonstrar seu argumento de que os acordos com a União foram feitos conforme parâmetros que se modificaram ao longo do último ano, a senadora informou que, no ano passado, a região metropolitana de Belo Horizonte tinha 100 mil desempregados. Hoje, comparou, eles somam 380 mil.

No Mato Grosso do Sul, acrescentou, o governador Zeca do PT anunciou que pagará à União a primeira parcela devida, mas que não sabe se terá condições de manter o pagamento, tal a

deterioração das finanças públicas estaduais.

Na opinião de Júnia Marise, as dívidas estaduais não podem ser pagas “com a fome, o fechamento de hospitais e o aumento do desemprego”.



Júnia criticou as tentativas de isolar politicamente o governador de Minas Gerais



Mauro Miranda fez apelo ao presidente Fernando Henrique

Mauro Miranda defende a recuperação de rodovias goianas

Depois de alertar para o fato de que a recuperação de uma rodovia custa até dez vezes mais que sua manutenção preventiva, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apelou, em discurso, ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro dos Transportes para que destinem verbas à recuperação das rodovias goianas.

Miranda informou que as estradas do estado encontram-se numa situação lastimável e o Orçamento da União destina para a conservação das estradas federais em Goiás nos próximos 12 meses "a cifra ridícula" de R\$ 1,1 milhão, que seria suficiente para apenas 60 dias.

A colheita da safra de Goiás começa em março e as principais vias de escoamento, de acordo com o senador, não suportarão o transporte dos grãos destinados à exportação. Os trechos de rodovias federais mais críticos, informou, são os que ligam Porangatu ao estado de Tocantins, Itumbiara a Rio Verde e a parte da BR-364 entre o porto de São Simão e o município de Santa Rita do Araguaia.

— A engenharia rodoviária trabalha com algumas realidades que não podem ser ignoradas. Uma delas é a de que o buraco não tapado hoje vai aumentar em dez vezes a sua dimensão em apenas uma semana, quando há muita chuva.

Mauro Miranda citou ainda cálculos "aceitos tecnicamente" de que as rodovias em mau estado de conservação aumentam em até 48% o custo de combustíveis. Os custos de manutenção dos veículos sobem em até 38%, o tempo gasto numa viagem cresce até 38% e o número de acidentes em até 50%.

Joel de Hollanda elogia discurso de posse do ministro Celso Lafer

As três idéias básicas contidas no pronunciamento, de acordo com o senador, são a modernização econômica, a dignidade social e o fortalecimento das instituições políticas

O discurso de posse do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Celso Lafer, foi elogiado na sexta-feira pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE). Enaltecendo as qualidades do novo ministro, o parlamentar destacou as três vertentes que embasaram o pronunciamento de Lafer: a modernização econômica, a dignidade social e o fortalecimento das instituições políticas.

O senador destacou o brilhantismo intelectual do ministro. Para Joel de Hollanda, a longa e rica vivência empresarial de Lafer, aliada à sua formação acadêmica "estreitamente ligada aos temas do desenvolvimento brasileiro", possibilita ao ministro uma "perfeita compreensão quando situa o nosso país no contexto internacional globalizado".

O senador destacou também a análise fidedigna das novas relações de produção e de poder vigentes no mundo, manifestada no pronunciamento do novo integrante do governo.

Segundo o parlamentar — que pediu a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso do ministro —, Lafer deixou claro, ao falar durante sua posse, que a globalização da economia evidencia a necessidade de integração dos sistemas econômicos latino-americanos.

— Assim, diante da enorme concorrência imposta pela mundialização, as economias regionais neces-



Joel de Hollanda destacou a formação acadêmica e a longa experiência empresarial do novo ministro

sitam urgentemente fazer um grande esforço pela sustentação da produção, do crescimento, do controle das contas públicas, da geração de empregos, do aumento da competitividade, de novos patama-

res de produtividade e, sobretudo, pela reforma total e rápida do Estado — afirmou o senador, comentando o discurso do ministro. Para Joel de Hollanda, o ministro mostrou que as razões dessa integração decorrem de um "impressionante movimento do livre comércio em todo o mundo", que

Dutra lamenta desigualdades

Em aparte ao senador Joel de Hollanda, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) saudou a "visão geral" manifestada no discurso do colega parlamentar, mas afirmou que a criação do novo ministério não evitará o agravamento das desigualdades regionais no país, caso continue a "política econômica com pressupostos neoliberais" aplicada pelo atual governo.

Dutra lamentou ainda que jornais, notadamente os editados em São Paulo, omitam sistematically

conta com a inclusão de dois bilhões de novos consumidores — os habitantes da China e da Europa Oriental — e ainda novas idéias, novos padrões de qualidade e novas tecnologias.

te que Lafer integrou o ministério de Fernando Collor, enquanto repetem com ênfase que o senador licenciado Renan Calheiros (PMDB-AL), atual ministro da Justiça, foi líder daquele governo. Joel de Hollanda concluiu seu pronunciamento afirmando que a criação do novo ministério é um indicador de que o presidente da República está atento ao que se passa no país e que vai atuar em favor da geração de empregos e da melhoria de renda da população.

Segundo o senador, é cada vez mais forte a consciência de que é preciso construir novas sociedades baseadas na liberdade econômica e na expansão da participação social. Mas, para ele, é preciso que haja alguns freios, a fim de que esse processo não se realize sem controles, sem normas e sem regras.

— Pode-se depreender claramente, pelo discurso do ministro, que o Estado, na economia globalizada, deixou de ser empresário, deixou de ser intervencionista e, cada vez mais, está se tornando regulador de grandes questões e dos processos econômicos — disse o parlamentar.

Joel de Hollanda destacou a defesa, por parte do ministro, de uma maior integração entre os Poderes Executivo e Legislativo. Para o senador, é necessário que o Congresso Nacional compreenda melhor e interprete com mais profundidade a realidade nacional. Por outro lado, cabe ao governo federal sair de seu isolamento e colocar em discussão suas linhas de ação.

As "profundas raízes e laços na iniciativa privada" de Lafer foram ressaltadas pelo senador. Ele citou as palavras do próprio ministro, que destacou a participação de sua família, há mais de cem anos, no desenvolvimento industrial do Brasil.

Amorim pede informação sobre acordo de Rondônia com Secretaria do Tesouro

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) quer conhecer em detalhes um acordo aditivo que "teria sido firmado" entre o governo de Rondônia e a Secretaria do Tesouro Nacional envolvendo a emissão de letras federais "a serem colocadas junto ao Banco do Estado de Rondônia". O Senado já aprovou requerimento de Amorim ao ministro da Fazenda solicitando as informações, as quais ainda

não foram respondidas.

Conforme o senador, o acordo aditivo se refere a um contrato para abertura de crédito e de compra e venda de ativos da União para Rondônia no valor de até R\$ 549 milhões. Amorim sustenta que o acordo aditivo, chamado legalmente de re-ratificação, contém fixação de prazos e valores de amortização sem aprovação do Senado, o que, a seu ver, contraria a legislação que trata de endividamento estadual.



Ernandes Amorim acredita que o acordo aditivo contraria a legislação que trata do endividamento estadual

Jefferson critica critério do seguro-desemprego extra

Para senador, a decisão do governo de restringir a concessão do benefício a dez regiões metropolitanas é inconstitucional

Jefferson considera que o princípio de igualdade perante a lei está sendo desrespeitado



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Ginástica Olímpica
7h30 - *Especial/Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: Telemedicina
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Tai-chi-chuan
8h30 - *Especial/Unip* - Assunto: Expedição da Amazônia
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Curitiba
9h30 - *Entrevista* - O senador Geraldo Althoff fala sobre a poluição causada pela exploração de carvão mineral no vale do rio Tubarão
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - *Cores do Brasil* - Ceará
10h30 - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Ginástica Olímpica
10h55 - *Senado em Pauta*
11h - *Especial/Unip* - Assunto: Telemedicina
11h30 - *Especial* - China - Os pastores do Tibet
12h - *Cores do Brasil* - Linha Verde da Bahia
12h30 - *Entrevista* - O senador Geraldo Althoff fala sobre a poluição causada pela exploração de carvão mineral no vale do rio Tubarão
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - Bahia
13h30 - *Cidadania* - O programa fala sobre "direito educacional"
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)

18h30 - *Cores do Brasil* - Olinda

19h - *Palestra* - Associação dos Docentes da Escola Superior de Guerra (Adesg) - 1º programa
20h30 - *Entrevista* - O senador Geraldo Althoff fala sobre a poluição causada pela exploração de carvão mineral no vale do rio Tubarão
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Cidadania* - O programa fala sobre "direito educacional"
23h - Sessão Plenária (representação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação

A decisão do governo de restringir a concessão da parcela extra do seguro-desemprego às dez maiores regiões metropolitanas do Brasil foi classificada como uma discriminação inaceitável pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM).

– Por que um brasileiro de Recife tem esse direito e um de João Pessoa, São Luís ou Manaus está excluído do benefício? – questionou o senador na sexta-feira, em plenário.

Jefferson comentou discurso do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), proferido na quinta-feira, elogiando-o por ter feito o alerta sobre o assunto ao Senado. Para Jefferson, a circunscrição do benefício a moradores de determinadas regiões fere a Constituição e o princípio da igualdade perante a lei.

O senador também estranhou o fato de a discussão estar "passando em branco", sem que os interessados em receber o seguro-desemprego, os sindicatos e os re-

presentantes no Parlamento tenham tomado medidas para reverter essa "injustiça".

– Não há justificativa para isso. Temos que cobrar respostas e, se depender da ação do Congresso Nacional, que se tomem as providências necessárias para corrigir essa distorção – afirmou o senador Bello Parga (PFL-MA), em aparte.

Os demais critérios definidos pelo governo (que o beneficiado tenha mais de 30 anos, já tenha recebido o seguro e esteja desempregado há um ano) parecem justos, na opinião de Jefferson, mas o benefício deveria ser estendido a todo o país.

Também em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) observou que a demanda não lhe foi passada pelos sindicalistas de seu estado, onde os trabalhadores não receberão o benefício. Para Dutra, a restrição geográfica parece "flagrantemente inconstitucional" e deve sofrer uma corre-

ção o mais rápido possível.

A expectativa criada em torno do recebimento de uma nova parcela do seguro-desemprego, evidenciada pelas grandes filas que se formaram nos postos de atendimento nos dez maiores centros urbanos do país, demonstra, segundo a senadora Emília Fernandes (PDT-RS), que a forma como a medida foi tomada é preocupante.

– O desemprego não tem local, campeia por todo o país – disse Emília, comentando que os trabalhadores de Porto Alegre estão incluídos na área de abrangência do benefício, mas desempregados de Pelotas, no sul do estado, não serão contemplados.

Ao concluir o seu discurso, Jefferson Péres conclamou os sindicatos a se manifestarem de modo a exercer pressão sobre o governo para que todos os trabalhadores brasileiros que preenchem os requisitos sejam beneficiados.

TV Senado debate direito à educação

Três milhões de crianças brasileiras estão fora da escola, ainda que a legislação garanta o acesso à educação. O problema, identificado em estatística feita pelo Ministério da Educação, foi levado a debate no programa *Cidadania*, da TV Senado. Foram convidados pela emissora dois especialistas: o escritor Elias Oliveira, autor do livro *Direito Educacional e Educação no Século XXI*, e a professora Helene Leblanc, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Além de discutir a questão, os debatedores orientaram os pais sobre como agir no caso de não conseguirem vaga para seus filhos. Segundo Elias Oliveira, o responsável pela criança pode encaminhar uma petição ao promotor de justiça ou ao Ministério Público exigindo a matrícula. E, se não houver vaga em escola próxima, a autoridade terá de viabilizar o custeio do transporte do aluno para outra instituição.

O programa *Cidadania* vai ao ar hoje, às 13h30 e às 21h15.

Geraldo Althoff sugere construção de usinas termoeletricas que utilizem rejeito de carvão



Althoff propõe alternativa contra poluição do carvão

A poluição causada pela exploração de carvão mineral no vale do rio Tubarão, sul de Santa Catarina, pode ser controlada. Foi o que garantiu o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), em entrevista à TV Senado que será transmitida hoje, às 4h30, 9h30, 12h30 e 20h30.

Segundo o senador, o rejeito de carvão e os resíduos provenientes de sua lavagem são os dois principais agentes poluidores do solo e da água. Uma alternativa para evitar a degradação ambiental, conforme Geraldo Althoff, seria a construção de usinas termoeletricas que queimassem o rejeito de carvão. O

senador e o atual governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, conheceram de perto essa tecnologia, utilizada com sucesso nos Estados Unidos.

Além de ajudarem na despoluição do meio ambiente, as usinas engrossariam o fornecimento de energia elétrica, ressaltou Althoff. Ele informou ainda que, de acordo com a proposta em estudo, as termoeletricas seriam construídas e exploradas pela iniciativa privada. Mas, conforme alertou o senador, a solução do problema exige o esforço conjunto de empresários, governo e sociedade civil organizada.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Lobão saúda nova lei que protege o cidadão

Senador lamentou que o assunto não tenha recebido destaque da imprensa nacional e assegura que regulamentação de direitos dos cidadãos em relação ao Estado é uma das mais importantes garantias individuais

Aprovado na última quinta-feira pelo Senado, o projeto de lei que trata do processo administrativo na administração pública recebeu elogios do senador Edison Lobão (PFL-MA), por prever, entre outras coisas, a proteção dos cidadãos contra as administrações públicas.

Ele citou que um dos artigos exige que toda pessoa tem de ser tratada com respeito pelas autoridades e pelos funcionários públicos.

Lobão lamentou que o assunto não tenha merecido espaço no noticiário e afirmou que a regulamentação de direitos dos cidadãos é

uma das mais importantes garantias individuais:

– Na verdade, a opinião pública ainda não se deu conta do poderio crescente e avassalador do Estado, que vai se transformando numa espécie de instrumento que oprime o povo que deveria representar – advertiu Lobão.

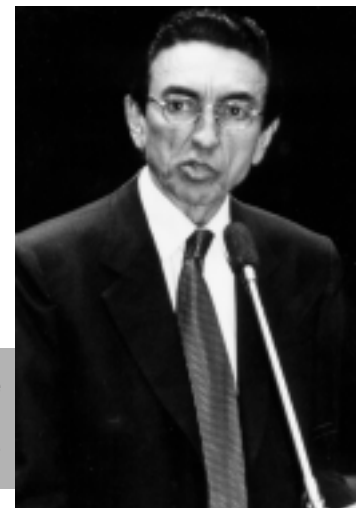
Para o senador pelo Maranhão, o Estado, que deveria refletir as aspirações das pessoas, “transformou-se no ente que impõe, sem ressalvas, as regras que muitas vezes se antepõem aos interesses do cidadão”.

Nessa situação, continuou Lobão, o projeto de lei aprovado, e que está sendo enviado à sanção do presidente da República, não apenas protege o cidadão, como obriga a administração pública a cumprir melhor suas obrigações.

Com 70 artigos, o projeto determina que todo cidadão tem direito a conhecer em detalhes processos administrativos onde é parte interessada. A administração é obrigada a dar chance ao cidadão de se defender e apresentar documentos antes de qualquer decisão que possa vir a prejudicá-lo.

Além disso, os órgãos competentes da administração devem considerar todas as alegações e documentos apresentados por qualquer pessoa. O senador lembrou que o projeto procura também defender todo servidor público correto e probo, que às vezes é impedido de trabalhar corretamente por “politicagem mesquinha e paroquial”.

Lobão: projeto protege cidadão e obriga a administração pública a cumprir melhor suas obrigações



Alcântara diz que pesquisa terá mais verbas em 99

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que, se utilizados em sua totalidade, os valores obtidos com a renúncia fiscal no período 97/98 por meio da lei sobre concessão de incentivos para a capacitação tecnológica das empresas deverão alavancar investimentos em torno de R\$ 1 bilhão ao ano, o que significa “duplicar



Alcântara

os investimentos realizados pelo setor produtivo nacional em pesquisa e desenvolvimento”. Os valores previstos para atender à renúncia fiscal são de R\$ 260 milhões (1997) e de R\$ 200 milhões (1998).

Com base em relatório feito pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, do Ministério da Ciência e Tecnologia, que abrange o período 94/97, o senador considerou que o país caminha com firmeza no sentido de mudar o perfil desse tipo de investimento, garantindo melhor equilíbrio na participação dos setores público e privado no seu custeio:

– Estamos no caminho certo. A estabilidade econômica e os incentivos fiscais bem ajustados são as condições necessárias para ampliação dos investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Ampliar esses investimentos é a condição necessária para não perdermos nosso trem rumo ao futuro.

PAUTA DO SENADO PARA O PERÍODO DE CONVOCAÇÃO

Número	Assunto	Relator	Situação
PEC 34/98	Prorroga e altera a alíquota da CPMF	Romeu Tuma (PFL-SP)	Aprovada , em 1º turno, em 6/1/99. Início da discussão em 2º turno, em 14/01/99
Reforma Político-Partidária			
PLS 187/98	Limita acesso ao Fundo Partidário	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PLS 188/98	Institui o financiamento público das campanhas eleitorais	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PLS 189/98	Prazos de domicílio eleitoral e filiação partidária	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 38/98	Limita o número de vereadores	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 39/98	Institui o voto facultativo	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 40/98	Restringe pesquisas eleitorais	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 41/98	Trata da vacância de senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 42/98	Institui sistema eleitoral misto para as eleições para a Câmara dos Deputados e dispõe sobre a suplência dos deputados	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PEC 43/98	Segundo turno só para presidente da República	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PEC 44/98	Regras de fidelidade partidária	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PEC 45/98	Mandato de seis anos para senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
Outros assuntos			
PDL 13/98	Aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Países do Mercosul	Artur da Távola (PSDB-RJ)	Constará na Ordem do Dia de 12/1/99
PDL 14/98	Aprova o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul	Artur da Távola (PSDB-RJ)	Constará na Ordem do Dia de 13/1/98
PDL 19/98	Aprova o texto da Convenção da Unidroit sobre Bens Culturais Furtados ou Ilícitamente Exportados	Leomar Quintanilha (PPB-TO)	Constará na Ordem do Dia de 20/1/98
Parecer 7/99	Submete ao Senado o nome do senhor Júlio Colombi Netto à recondução ao cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo	Joel de Hollanda (Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)	Aprovado em Plenário em 6/1/99
Parecer 8/99	Submete ao Senado o nome do senhor Luiz Tito Cerasoli para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações	Nabor Júnior (Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)	Aprovado em Plenário em 6/1/99
PLC 41/98	Regula o processo administrativo na administração federal	Francelino Pereira (PFL-MG)	Aprovado em Plenário em 7/1/99 À sanção
PLC 08/91	Extinção dos manicômios	Sebastião Rocha (PDT-AP)	Constará na Ordem do Dia de 12/1/99
PLC 61/97	Cria a Política Nacional de Educação Ambiental	Joel de Hollanda (PFL-PE)	CE
PLC 48/98	Ensino no Exército Brasileiro	Aguardando designação de relator	CCJ
PLC 52/98	Parcelamento do solo urbano	Josaphat Marinho (PFL-BA)	Aprovado em Plenário em 7/1/99 À sanção
PLC 53/98	Nomes genéricos em medicamentos	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	CAS
PLC 01/99	Coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue	Aguardando designação de relator	CAS
PLC 03/99	Institui política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio	Aguardando designação de relator	CE

Obs.: Além das matérias acima, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias; matérias orçamentárias; e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.